

Responsabilidade Climática:

uma agenda em implementação



No Itaú Unibanco entendemos a relevância que o tema mudanças climáticas tem globalmente, além do seu impacto em toda a sociedade. Enquanto instituição financeira, nos relacionamos com todos os setores produtivos da economia e, assim, acreditamos ter potencial para influenciar transformações positivas na sociedade e fomentar uma economia de baixo carbono. O presente documento apresenta a evolução contínua da nossa estratégia de atuação frente às mudanças climáticas, tanto na gestão dos riscos quanto na identificação oportunidades para nossos negócios.

Diante dos impactos das mudanças climáticas já observados, países do mundo inteiro se mobilizaram e definiram formas de atuação voluntária para cumprirem compromissos internacionais de redução da emissão de gases de efeito estufa (GEE). Foram negociados acordos internacionais nos quais diversos países se comprometem a reduzir suas emissões. Dentre eles o Acordo de Paris¹, estabelecido em 2015, que tem como meta limitar o aumento da temperatura global a, no máximo, 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.

No Brasil, tal Acordo foi ratificado em 2016, quando o país assumiu o compromisso de adotar metas absolutas de redução de GEE que, por sua vez, impactarão diretamente os setores da economia e, indiretamente, as indústrias de financiamento, investimentos e seguros.

Em 2017, nos juntamos ao Grupo de Trabalho para Implementação das Recomendações da TCFD sob liderança da UNEP-FI (Iniciativa Financeira do Programa da ONU para o Meio Ambiente) em bancos e, desde 2018, trabalhamos na transição para uma economia de baixo carbono, incluindo a definição de políticas, planos de ação e medição de desempenho frente aos desafios de combate às mudanças do clima.

Em 2020, desenvolvemos nossas capacidades na gestão de riscos em três principais eixos:



1| Mapeamento e Priorização dos Riscos Climáticos - detalhamos a partir da página 14;



2| Análise de Sensibilidade aos Riscos Climáticos; e - a partir da página 24



3| Análise de Cenários Climáticos - a partir da página 27

Sabemos da importância de reconhecer os potenciais impactos das mudanças climáticas nos negócios e vice-versa. Portanto, trabalhamos para incorporar as recomendações da TCFD na estratégia da empresa, cujo progresso de implementação dos projetos internos² já alcançou, em 2020, cerca de 79% do total de 100% - previsto para publicação 2022.

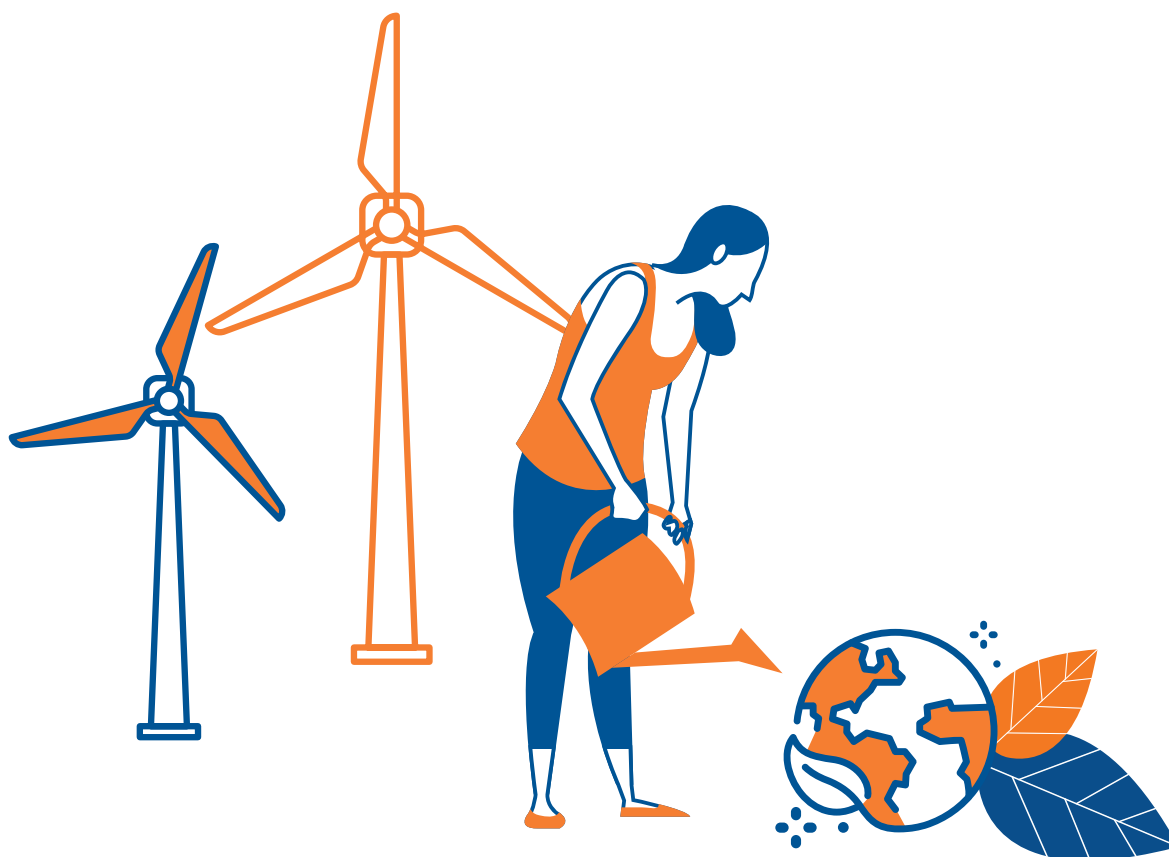
Além disso, o alcance e a granularidade dos cálculos de emissão de GEE em nosso portfólio de crédito segue sendo ampliado tendo por base a metodologia disponível para mensuração de emissões financiadas da *Partnership for Carbon Accounting Financials* (PCAF)³, parceria global que passou a ter nosso apoio em 2021, quando também passamos a utilizar a ferramenta de análise de cenário climático *Paris Agreement Capital Transition Assessment* (PACTA) na nossa carteira para avaliação dos impactos de determinados setores sobre as mudanças do clima⁴.

¹ UNFCCC, 2015: [The Paris Agreement](#)

² Itaú, 2020: [Compromissos de Impacto Positivo](#)

³ PCAF, 2021: [Partnership for Carbon Accounting Financials](#)

⁴ PACTA, 2021: [Paris Agreement Capital Transition Assessment](#)



“O aquecimento do sistema climático é inequívoco. Muitas das mudanças observadas desde 1950 não têm precedentes.”
(IPCC, 2013)⁵

De acordo com dados da *World Meteorological Organization* (WMO)⁶, em 2020 a superfície do planeta já havia aquecido 1,2°C em relação aos níveis pré-industriais, fazendo daquele um dos três anos mais quentes já registrados. Apesar da queda nas emissões de gases de efeito estufa (GEE) no início da pandemia da Covid-19, dados preliminares

apontam que as emissões globais destes gases aumentaram no ano de 2020. Em 2019, a concentração de CO₂ na atmosfera já era de 415 ppm (partes por milhão) – muito acima dos 400 ppm considerados como uma concentração segura para a humanidade e para o planeta, colocando em risco as metas estabelecidas pelo Acordo de Paris.

Nesse contexto e para fazer frente aos desafios colocados, bancos de todo o mundo já se juntaram em iniciativas como o Grupo de Trabalho para Implementação das Recomendações da TCFD sob liderança da UNEP-FI (Iniciativa Financeira do Programa da ONU para o Meio Ambiente) e em apoio aos Princípios de Responsabilidade Bancária (PRB), mas ainda com o desafio de que há muito a ser feito. Neste documento, o Itaú Unibanco compartilha com o mercado seu avanço contínuo na implementação de sua agenda climática. Outras informações climáticas, como o detalhamento de nossas emissões e metas de operações, também podem ser acessadas no [RAI](#).

⁵ IPCC, 2013: *Climate Change 2013 - The Physical Science Basis*
⁶ WMO, 2020: *State of the Global Climate*

Ação climática e a pandemia do novo coronavírus

A pandemia da COVID-19, além dos impactos sanitários, sociais e econômicos, traz a potenciais consequências negativas ao combate às mudanças do clima, decorrentes do atraso de negociações e acordos internacionais, enfraquecimento de políticas climáticas (com o cancelamento ou redução dos investimentos e financiamentos climáticos), interrupções em pesquisas científicas devido ao isolamento social, além de afetação aos esforços para enfrentamento das mudanças climáticas que passaram, em muitos países, a serem deixados em segundo plano frente à urgência de combate à pandemia. Além da necessidade de melhor compreender e avaliar os riscos climáticos, a pandemia também trouxe oportunidades no sentido do desenvolvimento de negócios mais resilientes e da busca por uma recuperação econômica mais alinhada aos objetivos climáticos globais, com urgência para o desenvolvimento de soluções.





Compromissos de impacto positivo e estratégia relacionada à mudança do clima

Consideramos como temas materiais aqueles com a capacidade de afetar a nossa criação de valor no curto, médio e longo prazos, sob a perspectiva da administração de nossos principais públicos. Nos últimos anos, promovemos a revisão de nossas diretrizes de sustentabilidade, o que culminou em um ajuste do que é considerado relevante para uma performance sustentável. O resultado desse trabalho se traduz, desde 2019, nos Compromissos de Impacto Positivo⁷, que norteiam nossas tomadas de decisões e incorporam aspectos sociais, ambientais e de governança nos negócios, operações e relacionamento com nossas partes interessadas, promovendo assim uma visão

mais ampla das oportunidades e riscos inerentes aos negócios.

Em 2020, diante da crescente relevância do tema e de novos desafios encontrados, nos dedicamos à criação de um novo compromisso, que consiste em diretrizes e metas voltadas ao investimento social privado. O objetivo é reafirmar nosso pacto, ao lado de nossos institutos e fundações, com a sociedade brasileira, promovendo o acesso e a ampliação de direitos, melhorando a qualidade de vida nas cidades e fortalecendo o poder de transformação das pessoas por meio do nosso investimento social privado⁸.

⁷ Itaú, 2019: [Relatório Anual Integrado 2019](#)

⁸ Itaú, 2019: [Informações Adicionais ASG 2019](#)








Essa agenda está alinhada ao contexto global, uma vez que considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU), além da nossa Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental e da governança corporativa integrada à sustentabilidade que reiteram nosso comprometimento com o desenvolvimento sustentável.

A caminhada dos Compromissos de Impacto Positivo foi e é ainda mais desafiadora em meio a tantas mudanças em 2020 que reforçaram a importância de lidarmos com questões ambientais e sociais de forma imediata e mais significativa, buscando ao máximo adaptar os projetos impactados pelo cenário de modo a garantir a evolução e cumprimento das metas. Reafirmamos

também nossa agenda de impacto positivo com base na implementação de novas iniciativas, como o Todos pela Saúde e o Plano Amazônia, cujas temáticas tornaram-se um tema material para atuarmos daqui em diante.

A nossa materialidade traduzida nos Compromissos de Impacto Positivo é apresentada a seguir, sendo que os compromissos mais relacionados à temática do clima são:

-  **Financiamento em setores de impacto positivo;**
-  **Transparência nos reportes e comunicação;**
-  **Plano Amazônia;**
-  **Gestão responsável; e**
-  **Investimento responsável.**



Compromisso que norteia como vamos **prestar contas**.

Compromissos para **desenvolvimento do país**.
(1) Potencial tema material.

Compromissos que geram **impacto positivo por meio dos negócios**.

Compromissos que são a base da **nossa conduta e jeito de agir**.



1. Financiamento em setores de impacto positivo

Este compromisso visa continuar aumentando nossos financiamentos e serviços em setores que promovam impacto positivo. Em 2019, os *green bonds* (títulos verdes) movimentaram R\$ 11,4 bilhões no Brasil e, **em 2020, o Itaú Unibanco participou em diversos destes títulos emitidos para captar recursos para projetos de sustentabilidade.** No último ano, destinamos, por meio de produtos e serviços, R\$ 38,6 bilhões para setores de impacto positivo e, destes, R\$ 15 bilhões para geração e serviços de energia renovável. Dentre os setores da economia escolhidos para o financiamento, 20 foram selecionados considerando suas ações em relação à mudança do clima e os potenciais impactos gerados por sua atuação nesta temática após análise de impacto de temas socioambientais no risco de crédito – dentre os selecionados, estão setores da economia relacionados à saúde, educação, saneamento e energia renovável.

Tais investimentos têm grande potencial de reduzir os impactos socioambientais negativos gerados pelos processos produtivos dos diversos setores da economia ao mesmo tempo em que possibilitam retorno financeiro, portanto, é uma situação ganha-ganha. Além disso, a atuação transversal com diversas classes de produtos e serviços permite a ação com soluções conjuntas e diversificação de riscos.



2. Transparência nos reportes e comunicação

Com este compromisso, visamos reforçar a transparência dos nossos negócios e resultados financeiros, demonstrando valor para nosso público. A sociedade e mercado têm cobrado iniciativas socioambientais positivas das empresas e, alinhada às ações, deve haver comunicação transparente para que a empresa construa uma relação

de confiança com a sociedade. **Frente a isso, em 2020 o Itaú Unibanco cumpriu o compromisso de reportar 12 dos 14 indicadores de *Commercial Banking* do SASB (*Sustainability Accounting Standards Board*), incluindo o tema ESG – questões ambientais, sociais e de governança - como pauta recorrente nas divulgações de resultados e revisando reportes constantemente para inclusão de novas demandas no tema.**



3. Plano Amazônia

Em parceria inédita entre 3 grandes bancos com operação no Brasil, Bradesco, Itaú Unibanco e Santander, o Plano Amazônia visa promover o desenvolvimento sustentável na região num momento crítico de aumento na taxa de desmatamento no bioma (9,5% entre agosto de 2019 e julho de 2020)⁹ e maior vulnerabilidade social da população devido à COVID-19. A atuação do setor financeiro na Amazônia pode contribuir para seu uso sustentável e manutenção da floresta em pé por meio do apoio à conservação ambiental e desenvolvimento da bioeconomia, investimento em infraestrutura sustentável e garantia dos direitos básicos da população. **As medidas do plano, desenvolvido em julho de 2020, focam em preservação e prosperidade – populacional e econômica – da região e consistem em 10 medidas que serão monitoradas pela parceria:**

1. Zerar o desmatamento na pecuária com diligências internas e compromissos setoriais
2. Estimular culturas sustentáveis da região por linhas de financiamento diferenciadas
3. Estimular uma infraestrutura de transporte sustentável em troca de condições de financiamento diferenciadas
4. Viabilizar investimentos em infraestrutura básica para desenvolvimento social regional

⁹ INPE, 2020: [Desmatamento da Amazônia sobre 9,5% e atinge 11km²](#)

5. Fomentar projetos que visem o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental por meio de instrumentos financeiros de lastro verde (como Crédito de Carbono)
6. Incorporar os impactos das mudanças climáticas nas políticas de crédito e investimentos
7. Ampliar o alcance de negócios de inclusão e orientação financeira na região
8. Articular a implantação do sistema informatizado de registro de regularização fundiária
9. Articular a criação de fundo para atores que trabalhem em projetos de desenvolvimento socioeconômico locais
10. Atrair investimentos que promovam parcerias e desenvolvimento de tecnologias que impulsionem a bioeconomia



4. Gestão responsável

Visando melhorar a performance de nossas operações e promover práticas sustentáveis em nossa cadeia de fornecedores, este compromisso é uma resposta à necessidade de implementar gestões responsáveis nos negócios. Em 2019, as fontes renováveis representaram 46,1% de toda a matriz energética do país - sendo que a demanda por energia solar cresceu 92% e a eólica, 15,5% - e, neste mesmo ano, nossas operações passaram a ser **100% à base de energia elétrica limpa e renovável** - resultado atingido com a compra de RECs (*Renewable Energy Certificates*), certificados que rastreiam o consumo de energia e garantem sua fonte renovável. Outras iniciativas também estão avançando no nosso compromisso climático, como a redução das emissões de Escopo 1 em 32% de 2018 a 2021; o PUE (*power usage effectiveness*)¹⁰ de

¹⁰ PUE (*power usage effectiveness*) é métrica de eficiência de infraestrutura de TI que compara o valor total do consumo de energia do *data center* com o valor do consumo de equipamentos de TI instalados, estabelecendo uma razão entre esses dois valores. Quanto mais próximo de 1,0, mais eficiente é o *data center*.

1,79; e 93% de adesão dos nossos fornecedores ao programa CDP *Supply Chain* - um aumento de 25% em relação a 2018 - que engaja a cadeia na agenda climática.

O Itaú reconhece que, ao adotar uma gestão responsável em seus negócios é capaz de demonstrar para o mercado os impactos e contribuições positivas para a sociedade, a economia e o meio ambiente decorrentes de tais práticas, permitindo que outras organizações do setor financeiro possam também incorporar esta forma de gestão em sua estratégia e, assim, contribuir para a transição rumo a uma nova economia.⁷



5. Investimento responsável

Com este compromisso, visamos expandir nossa oferta e distribuição de produtos e serviços para uma economia mais responsável e de impacto positivo, uma vez que gestores de recursos estão cada vez mais conscientes da sua responsabilidade de impulsionar melhores práticas ESG. Desde 2010, o Itaú Unibanco tem trabalhado para integrar questões ESG no processo de investimento através de uma metodologia de análise que estima o impacto no valor justo da empresa: em 2020 atingimos 99,84% de cobertura ESG para todos os ativos elegíveis na Itaú Asset Management. Esse marco histórico foi atingido dez anos após o início da nossa jornada ESG, demonstrando a dedicação e compromisso de longa data com o tema sustentabilidade em investimentos.

Investimentos responsáveis têm trazido benefícios tangíveis para o meio ambiente e para a sociedade visto que cada vez mais investidores têm levado em consideração aspectos ESG nos seus processos de tomada de decisão. Ao assumir tal compromisso, o Itaú Unibanco passa a desempenhar um papel de influenciador direto para que outros *players* do mercado melhorem também seu desempenho nestas áreas.

Atuação multisetorial

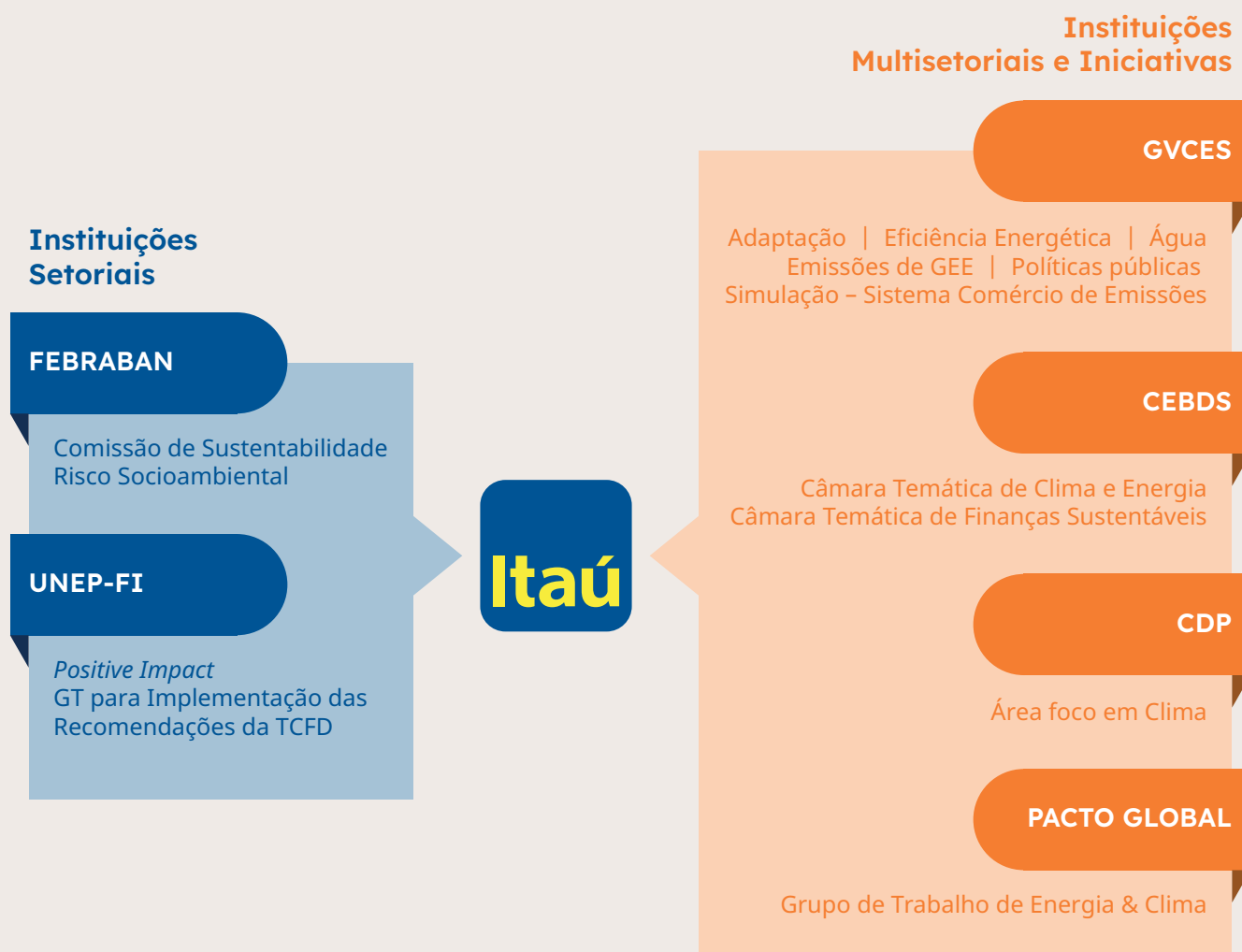
Fazemos parte de diversas frentes das agendas nacional e global que abordam as mudanças no clima por meio de compromissos voluntários. Somos signatários dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI), dos Princípios do Equador (EP), do *Carbon Disclosure Project* (CDP) e do Pacto Global, os quais orientam nossas práticas institucionais e nossos negócios.

Além disso, estamos presentes em fóruns e grupos de trabalho junto a setores produtivos com o objetivo de antecipar riscos, mapear oportunidades e manter nossa agenda e atuação em constante

evolução e amadurecimento. Temos apoiado o desenvolvimento de estudos que colaboram para superar as barreiras que impedem ou dificultam o desenvolvimento de uma economia de baixo carbono no país.

A agenda climática é coletiva e entendemos que unindo forças com as diversas partes envolvidas como parceiros, acionistas e comunidades, podemos contribuir efetivamente para a concepção e a viabilização de soluções que tragam benefícios ambientais, econômicos e sociais. Além disso, nossos colaboradores são também nossos grandes parceiros.

ATUAÇÃO EXTERNA DO BANCO NO TEMA



Governança

Uma estratégia corporativa estruturada permite uma governança integrada aos nossos negócios, nos quais tendências sociais, ambientais e econômicas são incorporadas nos procedimentos internos. Construimos uma visão integrada de negócios e operações que considera o risco climático como uma das variáveis observadas, estando atentos aos impactos que nossos negócios geram no clima e como nossas atividades são afetadas pelas mudanças climáticas. As questões climáticas integram nossa Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental e contamos com um procedimento específico para a Gestão de Risco Climático.

Em 2018, instituímos um *squad* de Finanças climáticas, hospedado da área de Sustentabilidade - de carácter multidisciplinar formado pelas áreas de sustentabilidade, risco socioambiental corporativo, finanças, relações com investidores e áreas específicas

para cada projeto – no qual foram desenvolvidos indicadores e ferramentas para a implementação e o acompanhamento das recomendações da *Task-Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD), de forma a fortalecer a avaliação e divulgação de riscos e oportunidades. As atividades do *squad* são divididas em dois grandes blocos: o primeiro de Governança de Riscos, liderado pela área de Risco Socioambiental Corporativo, e o segundo de Oportunidades, liderado pela área de Sustentabilidade.

Essa estrutura tem nos permitido manter uma interação dinâmica com outras áreas da instituição e ganhar celeridade nos processos de engajamento, desenvolvimento de tecnologias e estruturação da agenda climática.

Nossas camadas de tomada de decisão seguem os níveis e responsabilidades abaixo:

ALTA ADMINISTRAÇÃO	Chief Risk Officer Executivo responsável pelo tema, comunica ao Comitê Executivo e Conselho de Administração	
TOMADA DE DECISÃO E SUPERVISÃO	Comitê de Risco Socioambiental (<i>Compliance</i> , Risco de Crédito e Jurídico) Responde pela tomada de decisão em risco climático	Comitê de Impacto Positivo (Sustentabilidade e Relações com investidores) Responde pelo <i>PMO Squad</i> , oportunidades climáticas e compromisso de implementação da TCFD
	Risco Socioambiental Transnacional Realiza gestão de risco climático em linha com a gestão de risco socioambiental	Squad de Finanças Climáticas (Sustentabilidade, Risco Socioambiental Transnacional, Finanças e Relações com Investidores) Realiza a gestão da implementação das recomendações da TCFD, Governança e Riscos, liderado pela área de Risco Socioambiental Corporativo, e Oportunidades
POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS	Políticas de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental Procedimento de Gestão de Risco Climático	

Gestão do risco climático

Os riscos climáticos podem ser classificados quanto à sua natureza física - como o aumento gradual da temperatura média global e aumento da frequência e intensidade de eventos climáticos extremos -, ou de transição, como novas regulações, barreiras tecnológicas, precificação de carbono, mudança de hábitos de consumo e outros riscos que podem impactar a estabilidade econômica global trazendo riscos também para as instituições financeiras.

A gestão do risco climático é parte da nossa Política de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental e de procedimento interno que norteia nossa atuação. **Em 2020, implementamos e formalizamos nosso processo de identificação de riscos climáticos materiais para o Itaú Unibanco - tanto os de natureza física quanto de transição e aqueles cuja materialização pode resultar da combinação destes - e seus potenciais impactos nos riscos de natureza**

socioambiental, de crédito, operacional, de mercado, de conformidade e reputacional.

Nosso procedimento de avaliação de Risco Socioambiental relacionado ao crédito abrange uma análise individualizada de clientes dos segmentos de Grandes Empresas que atuam em setores considerados sensíveis pelo Itaú Unibanco do ponto de vista socioambiental como a indústria de mineração, siderurgia e metalurgia, óleo e gás, indústria têxtil, papel e celulose, indústria química e petroquímica, agricultura, geração de energia e imobiliário, e possui o objetivo de identificar e mitigar riscos.

Para diferenciar e quantificar o risco de crédito associado à questão socioambiental são utilizados *key drivers* ambientais e sociais que podem impactar o fluxo de caixa da empresa e comprometer a sua capacidade de pagamento e, conseqüentemente, a qualidade do crédito devido às mudanças regulatórias, litígio e multas, mudanças tecnológicas e/ou barreiras e restrições de mercado.

DIRECIONADORES DA AVALIAÇÃO DE RISCO SOCIOAMBIENTAL



A avaliação socioambiental inclui informações como a gestão dos nossos clientes quanto ao risco climático, tanto em **aspectos gerais** - abordando práticas de gestão hídrica, balanço de Gases de Efeito Estufa, metas de redução da intensidade de carbono, quanto em **aspectos específicos** como estratégias de descarbonização, investimento em energias alternativas, utilização de tecnologias de eficiência na pecuária (como recuperação de pastagem e integração lavoura-pecuária-floresta) e utilização de resíduos para geração própria de energia. **A nossa metodologia impacta diretamente na classificação de crédito dos nossos clientes (*risk rating*) e a variável climática integra tal modelo de avaliação.** Nessa avaliação identificamos que, no prazo de 3 a 10 anos, as mudanças climáticas poderão impactar 25 setores da economia com presença relevante em nosso portfólio de crédito. Dentre as variáveis analisadas estão as questões relacionadas às emissões de gases de efeito estufa, balanço de carbono, risco de escassez hídrica, precificação de carbono, mudanças tecnológicas, metas de descarbonização, desmatamento e/ou outros aspectos relacionados aos setores sensíveis.

Para financiamento de projetos enquadrados nos Princípios do Equador¹¹, solicitamos um estudo de risco climático- contemplando avaliação dos riscos físicos e de transição que possam afetar a operação, assim como a elaboração de inventário de emissões de Escopo 1 e de Escopo 2 para projetos que venham a emitir mais de 25 mil toneladas de CO₂ equivalente (tCO₂e) e estudo de alternativas para projetos que emitem mais de 100 mil tCO₂e. **Adicionalmente à exigência dos Princípios, solicitamos, para projetos que venham a emitir mais de 100 mil tCO₂e, uma divulgação pública dessas emissões reforçando o compromisso de transparência no reporte da nossa cadeia.**

¹¹ Princípios do Equador (EPs – Equator Principles): estrutura de gestão de risco adotada por instituições financeiras para determinar, avaliar e gerenciar o risco ambiental e social em projetos e visa fornecer um padrão mínimo de *due diligence* e monitoramento para apoiar a tomada de decisão de risco responsável. Há mais de 15 anos, a incorporação do tema socioambiental de forma estratégica na concessão de crédito se dá por meio da aplicação de tais princípios, sendo que nossas Operações de *Project Finance* contratadas seguem os critérios dos Princípios do Equador III).





1| Mapeamento de riscos climáticos

“A mudança do clima pode se tornar um ‘cisne verde’ e ser a causa da próxima crise financeira sistêmica” (BIS, 2020)¹²

Conhecer os riscos climáticos e seus potenciais impactos é uma etapa importante para definição da estratégia climática de uma organização. Conforme recomendado pela TCFD o impacto dos riscos climáticos deve ser, quando possível, classificado nas categorias tradicionais de riscos como risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional.

Com base em ampla revisão bibliográfica, mapeamos os potenciais impactos dos riscos climáticos e seus canais de transmissão para

disciplinas tradicionais de risco. Esses riscos foram avaliados em relação ao seu possível prazo de materialização, considerando intervalos de até 2 anos, de 2 a 5 anos, de 5 a 10 anos e acima de 10 anos, e classificados em relação à sua natureza – riscos físicos ou de transição – e possíveis cenários qualitativos de materialização.

O mapeamento foi o primeiro passo para iniciar a priorização dos riscos climáticos no Banco.



¹² BIS, 2020: [The Green Swan](#)

¹³ WayCarbon, 2018: [Risco climático: uma chamada para a geração de valor](#)

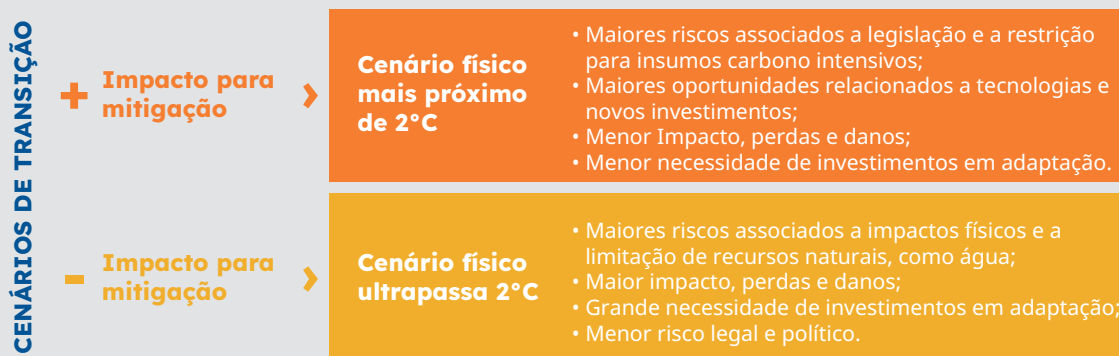
¹⁴ WayCarbon, 2018: [Navegando pelos Cenários de Risco Climático](#)

Definição de risco físico x risco de transição

Os **riscos de transição** são aqueles que surgem no caminho para uma economia de baixo carbono, podendo ser: regulatórios, tecnológicos, de mercado ou reputacionais.

Já os **riscos físicos** podem ser **agudos**, quando desencadeados por eventos climáticos extremos, como ciclones e inundações, ou **crônicos**, relativos a consequências que virão a longo prazo, como o progressivo aumento do nível dos oceanos. Assim, tais riscos ameaçam a integridade de estruturas físicas e a segurança das populações e, portanto, devem ser levados em conta nas políticas de mitigação e adaptação às alterações do clima¹⁶.

A figura a seguir resume a relação entre os cenários de transição e físico¹⁷.



Cenários qualitativos



CENÁRIO 1: TRANSIÇÃO ORDENADA

Neste cenário, a transição para uma economia de baixo carbono começa em 2020 e ocorre de forma ordenada, com a ação de governos e reguladores, e queda sustentada nas emissões de gases de efeito estufa. Com regulações climáticas, precificação de carbono, estímulos ao desenvolvimento tecnológico e geração de empregos na nova economia, há tempo para a economia se adaptar ao novo contexto.



CENÁRIO 2: TRANSIÇÃO DESORDENADA















Neste cenário a transição para uma economia de baixo carbono ocorre tardiamente, exigindo mudanças aceleradas e disruptivas em diferentes setores da economia. Os impactos seriam mais intensos sobre determinados setores e países, havendo probabilidade de crise financeira sistêmica e crescente pressão sobre as diferentes organizações.



CENÁRIO 3: MATERIALIZAÇÃO DOS RISCOS FÍSICOS

Neste cenário os objetivos do Acordo de Paris não são atingidos e os efeitos das mudanças climáticas se tornam cada vez mais evidentes. A ocorrência de eventos climáticos extremos e alteração nos padrões climáticos podem afetar a produtividade de diversos setores da economia, também podendo levar a uma crise financeira.

Abaixo apresentamos as dimensões de risco tradicionais mais impactadas pelas categorias de risco climático identificadas no estudo de mapeamento de risco realizado pelo Itaú.

RISCO CLIMÁTICO E CANAIS DE TRANSMISSÃO: MAPEAMENTO DE FATORES DE RISCO CLIMÁTICO E POSSÍVEL MATERIALIZAÇÃO NAS DISCIPLINAS TRADICIONAIS DE RISCOS DO BANCO											
Fator de risco climático e tendência de materialização (em anos)			RSA*	Crédito	Seguros	Operacional	Mercado	Compliance	Reputacional	Estratégia	
	Regulações climáticas e supervisão do regulador	Até 2	▲	▲	▲	▲	▲	▲	▲	▲	
	Obrigações de disclosure	Até 2	▲	▲	▲	▲	▲	▲	▲	▲	
	Deterioração da qualidade de crédito da carteira	2 a 5	▲	▲	▲	▲	▲	▲	●	▲	
	Exposição climática do portfólio	2 a 5	▲	▲	▲	▲	▲	▲	▲	▲	
	Alteração na precificação de ativos e bens imóveis	>10	▲	▲	▲	▲	▲	▲	▲	▲	
	Litigância climática	5 a 10	▲	▲	▲	▲	▲	▲	▲	▲	
	<i>Stranded assets</i>	>10	▲	▲	▲	▲	▲	▲	▲	▲	
	<i>Underwriting</i> de crédito	5 a 10	▲	▲	▲	▲	▲	▲	▲	▲	
	Precificação de carbono	2 a 5	▲	▲	▲	▲	▲	▲	▲	▲	
	Redução, neutralização e remoção de carbono	>10	▲	▲	▲	▲	▲	▲	▲	▲	
	Mudança na legislação ambiental	5 a 10	▲	▲	▲	▲	▲	▲	▲	▲	
	Barreiras de mercado e exigências de stakeholders	Até 2	▲	▲	▲	▲	▲	▲	▲	▲	
	Impacto dos riscos físicos	>10	▲	▲	▲	▲	▲	▲	▲	▲	
	Outras consequências secundárias dos riscos climáticos		▲	▲	▲	▲	▲	▲	▲	▲	

*RSA – Risco Sociambiental

Impacto sobre as dimensões de risco: ▲ muito baixo | ▲ baixo | ▲ moderado | ▲ alto | ▲ muito alto

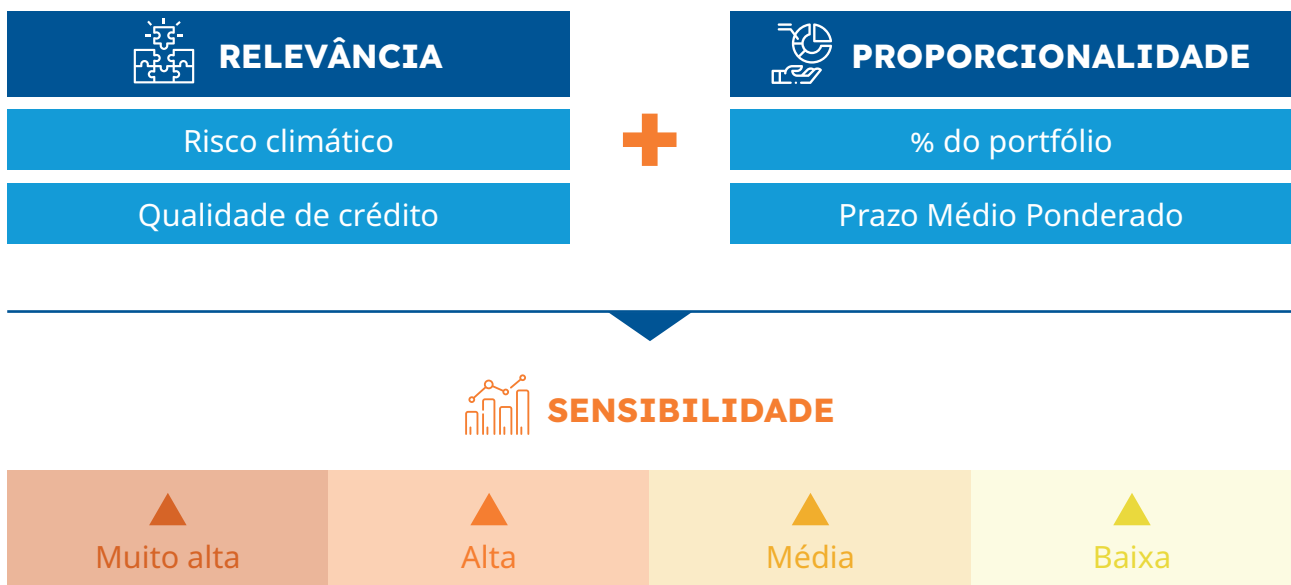


2 | Sensibilidade aos riscos climáticos

“Reconhecemos que existem áreas em que a ciência, os dados ou as ferramentas ainda não são suficientes para estimar os riscos com precisão. Mas nestes casos as organizações podem e devem explorar proxies e premissas. A imperfeição não é uma desculpa para a inação.” (Sarah Breeden, 2020)¹⁵

Quantificar os potenciais impactos financeiros dos riscos climáticos é uma atividade complexa, pois trata-se de uma categoria de riscos cercada por grande nível de incerteza. Contudo, as incertezas e limitações metodológicas não podem levar à inação. Com o objetivo de mensurar a sensibilidade do portfólio de crédito

aos riscos climáticos o Itaú Unibanco vem aplicando a Régua de Sensibilidade aos Riscos Climáticos, desenvolvida junto à Febraban. A ferramenta combina critérios de relevância e proporcionalidade para identificar quais os setores e clientes dentro do portfólio de uma instituição financeira apresentam maior sensibilidade aos riscos climáticos.



¹⁵ Bank of England, 2020: [Leading the change: climate action in the financial sector](#)

A relevância do risco climático é definida por meio da combinação do risco climático setorial com a qualidade de crédito da carteira, avaliada a partir do *risk rating* geral dos clientes ou da concentração setorial em clientes com grau de investimento.

Já a proporcionalidade é definida a partir da combinação entre a concentração do portfólio de crédito em determinado setor ou cliente e o prazo médio ponderado das operações, uma vez que operações com prazo superior a cinco anos podem estar mais expostas aos riscos climáticos.

O prazo médio ponderado considera a média do vencimento e do volume das exposições das diferentes operações de um cliente ou setor. Entende-se que operações com prazo

médio ponderado superior a 5 anos têm alta proporcionalidade do ponto de vista do risco climático, uma vez que a materialização do risco climático no longo prazo é mais provável.

Essa ferramenta nos permite visualizar a sensibilidade climática do nosso portfólio de crédito com o intuito de identificar os setores e clientes mais vulneráveis a esses riscos. Essa variável passou a integrar a dimensão de mudanças climáticas do nosso *risk rating* socioambiental mencionado anteriormente.

⊕ **Saiba mais:**

[Régua de Sensibilidade aos Riscos Climáticos](#) (Febraban e Sitawi, 2019)

[Recomendações do TCFD](#) (TCFD, 2017)

Quais os setores mais expostos aos riscos climáticos?

As recomendações da TCFD apresentam alguns setores da economia com maior probabilidade de sofrerem impactos financeiros das mudanças climáticas dada sua exposição a riscos físicos e de transição por conta da emissão de gases de efeito estufa e dependência de água e energia. Esta lista de setores não é exaustiva e pode ser adaptada à realidade de cada país, mas nela estão incluídos:

- Energia: Petróleo e Gás; Carvão e Utilidades Elétricas
- Transporte: Transporte Aéreo; Transporte Aéreo de Passageiros; Transporte Marítimo; Transporte Ferroviário; Transporte Rodoviário; Automóveis
- Materiais e Construção: Metais e Mineração; Químicos; Materiais de Construção; Bens de Capital; Gestão e Desenvolvimento Imobiliário

- Agricultura, Alimentos e Produtos Florestais: Bebidas; Agricultura; Alimentos Industrializados; Papel e Produtos Florestais.

Quais os tipos de clientes mais expostos a riscos climáticos?

Conforme apresentado no guia de implementação da régua de sensibilidade aos riscos climáticos da Febraban, além do critério de exposição setorial, a qualidade de crédito dos clientes também é uma variável importante para avaliar sua exposição aos riscos climáticos. Desta maneira, entendemos que os clientes com melhores graus de investimento (*rating* AA até A conforme Resolução CMN 2682/99) tendem a ter maior resiliência aos riscos climáticos. Esses clientes estão mais preparados para responderem a materialização de riscos de natureza climática, sejam físicos ou de transição, e geralmente possuem uma gestão mais profunda de temas socioambientais. Clientes situados em outras faixas de *rating* podem apresentar maior sensibilidade às mudanças climáticas.

A SENSIBILIDADE DO ITAÚ UNIBANCO AOS RISCOS CLIMÁTICOS

Periodicamente avaliamos a sensibilidade de nosso portfólio aos riscos climáticos e os resultados são reportados aos fóruns competentes conforme nosso Procedimento de Gestão do Risco Climático.

Em dezembro de 2020 menos de um quarto (23,3%) do nosso portfólio de crédito do atacado estava concentrado em setores categorizados com Alta ou Muito Alta Sensibilidade aos riscos climáticos. É importante salientar que as análises

de sensibilidade consideram premissas tendenciais e de crédito, não implicando, necessariamente, numa materialização dos riscos. O resultado da régua de sensibilidade considera tanto riscos físicos quanto de transição, fornecendo, portanto, uma visão integrada de ambos os riscos. **Em um esforço para avaliar as sensibilidades aos riscos físicos e de transição isoladamente chegamos a resultados similares: 22,7% e 21,5% respectivamente, o que indica que é bastante raro que algum setor da economia seja afetado por apenas uma das dimensões do risco climático.**





3 | O exercício do Itaú Unibanco para cenários climáticos

ANÁLISE DE CENÁRIOS CLIMÁTICOS

Em seu pilar de Estratégia, a TCFD recomenda a realização de análises de cenários climáticos para avaliar a resiliência da instituição financeira a diferentes trajetórias de elevação da temperatura. Junto ao GT para Implementação das Recomendações da TCFD da UNEP-FI aplicamos diferentes metodologias para análise de cenários climáticos, particularmente os cenários globais relativos ao risco de transição.

Aprendemos procedimentos e conceitos com a análise, mas percebemos limitações em relação a nossa realidade. Este assunto também é discutido no Grupo de Trabalho de Risco Climático e Economia Verde da Febraban, junto a outros bancos brasileiros para o desenvolvimento de ferramentas para análise de cenários adaptadas à realidade brasileira e mais aderente aos nossos riscos.

NOSSA EXPERIÊNCIA APLICANDO A TRANSITION CHECK TOOL

Participamos do Grupo de Trabalho para Implementação das Recomendações da TCFD em bancos, sob a liderança da UNEP-FI, desde a sua primeira fase, em 2017. Desde então, diversas metodologias foram testadas e a experiência do Itaú Unibanco aplicando cenários de risco físico foi descrita no relatório de conclusão da Fase I do projeto.

Ao longo de 2020 participamos da Fase II do piloto em que foi desenvolvida a *Transition Check Tool*, ferramenta que permite a aplicação dos modelos *Message* e *Remind* em diferentes

cenários de risco transição, definidos pela NGFS. A ferramenta pode ser aplicada aos setores de Energia; Petróleo e Gás; Carvão; Transportes; Processos Industriais e Agricultura e Florestas, tendo como variáveis de resposta uma variação na perda esperada dos diferentes setores da economia. No Itaú Unibanco pilotamos a metodologia para os setores de Energia e Agricultura o que nos permitiu compreender os potenciais impactos do risco de transição na perda esperada destes setores até 2030, 2040 e 2050.

⊕ Saiba mais:

[Transition Check Tool](#) (UNEP-FI, 2017)

[Publicações da UNEP-FI](#) (UNEP-FI)

[NGFS Climate Scenarios for central banks and supervisors](#) (NGFS, 2020)

FATORES DE RISCO CLIMÁTICO CONSIDERADOS NA ANÁLISE DE CENÁRIOS PELO GT DA UNEP FI

Para cada setor foram considerados os potenciais impactos de quatro fatores de risco descritos abaixo. Tais setores poderiam sofrer um impacto Alto, Moderadamente Alto, Moderado, Moderadamente Baixo, Baixo, Positivo (para os setores beneficiados pela transição) ou Nenhum Impacto. A análise destes impactos permitiu avaliar a sensibilidade de cada setor aos fatores de risco, permitindo a calibração do modelo desenvolvido pela UNEP-FI e ampliando nossa capacidade em analisar os riscos climáticos. Os fatores de risco considerados foram:

- Custo de emissões diretas: setores com maior intensidade de emissão em seus processos produtivos tendem a ser mais impactados por uma eventual precificação de carbono. Neste sentido a análise considera as emissões diretas (Escopos 1 e 2) daquele setor.
- Custo de emissões indiretas: as emissões indiretas são relevantes especialmente para setores cuja cadeia de suprimentos é intensiva em carbono, já que uma eventual precificação poderia impactar seus fornecedores e, conseqüentemente, o custo da matéria prima. Neste sentido a análise considera a potencial emissão indireta (Escopo 3) daquele setor.
- Investimento em tecnologias de baixo carbono: alguns setores da economia

demandarão grandes volumes de investimento para realizar a transição para uma economia de baixo carbono. A análise do potencial impacto considera quão complexo seria adaptar os processos produtivos daquele cliente aos objetivos e metas climáticos globais.

- Mudança na receita: mudanças nas curvas de oferta e demanda podem ter impactos relevantes sobre a receita de determinados setores da economia, enquanto alguns podem inclusive ser beneficiados por contribuir com os objetivos climáticos globais.

A tabela abaixo mostra um comparativo entre os potenciais impactos em cada setor da economia, conforme conclusão do estudo realizado na Fase II da UNEP-FI.

INTENSIDADE DE IMPACTO PARA FATORES DE RISCO POR SETOR					
Setor	Custo das emissões diretas	Custo das emissões indiretas	CapEx Baixo-Carbono	Receita	Geral
 Petróleo e gás	▲▲	▲	▲	▲▲	▲▲
 Agricultura	●	●	●	●	●
 Imobiliário	▲▲	●	●	▲▲	●
 Geração de energia	▲	●	▲	●	▲
 Metais e mineração	▲	▲	●	▲▲	●
 Indústria	●	▲	●	▲▲	●
 Transporte	▲	●	●	●	●
 Serviços/tecnologia	▲	▲▲	▲▲	▲	▲

▲▲ Alto | ▲ Moderado-alto | ● Moderado | ▲▲ Moderado-baixo | ▲ Baixo

⊕ **Saiba mais:** [Beyond the Horizon](#) (UNEP-FI, 2020)

Alinhamento de portfólio

Desde 2018, utilizamos e contribuímos com o desenvolvimento da ferramenta *Paris Agreement Capital Transition Assessment* (PACTA) com o objetivo de verificar o alinhamento de nosso portfólio de crédito aos objetivos do Acordo de Paris (2°C de aquecimento médio máximo, com esforços para 1,5° C). A PACTA é uma metodologia nova, ainda em evolução e as contribuições de instituições financeiras são essenciais para o avanço da ferramenta. Essa nos parece ser a melhor direção para alinhamento do portfólio e atendimento ao Acordo de Paris.

RESPONSABILIDADE PELO IMPACTO GERADO - Emissões financiadas nos segmentos Imobiliário e de Veículos (Escopo 3)

Aplicamos metodologia PCAF para mensurar parte de nossa carteira imobiliária de 2020 (Commercial Real Estate, que compreende propriedades com propósito comercial tais como hotéis, escritórios, indústrias, edifícios residenciais para fins de aluguel e comércio em geral), com 304 edifícios somando R\$ 4,3 bilhões em financiamento, e identificamos um total de 21.700 toneladas de CO₂ de emissões financiadas. Os dados foram calculados com base no fator de emissão disponível na base de dados da PCAF. No caso da metodologia de financiamento de veículos, realizamos a aplicação em um portfólio de R\$ 13,4 bilhões e identificamos um total de 834.102 toneladas de CO₂ em emissões financiadas. O cálculo foi realizado sobre toda a carteira de financiamento de veículos e considerou a marca dos veículos financiados e o fator de emissão disponível na base de dados da PCAF. Seguiremos ampliando o alcance e granularidade dos cálculos de emissão de gases de efeito estufa em nosso portfólio de crédito utilizando a metodologia PCAF para outros setores.



Glossário

CARBON DISCLOSURE PROJECT (CDP):

é uma organização internacional que ajuda empresas e cidades a gerenciarem e divulgarem seu impacto ambiental.

EQUATOR PRINCIPLES:

Conjunto de critérios socioambientais de adoção voluntária pelas Instituições financeiras para análise de produtos financeiros relacionados ao financiamento de projetos. Os Princípios são fundamentados nos Padrões de Desempenho sobre Sustentabilidade Socioambiental da Corporação Financeira Internacional (IFC) – Grupo Banco Mundial.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC):

Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, é o órgão das ONU criado para avaliar a ciência relacionada às mudanças climáticas.

NETWORK FOR GREENING THE FINANCIAL SYSTEM (NGFS):

Rede para Tornar o Sistema Financeiro Mais Ecológico, visa acelerar as finanças verdes e desenvolver recomendações para os bancos sobre as mudanças climáticas.

TASK-FORCE ON CLIMATE-RELATED FINANCIAL DISCLOSURES (TCFD):

Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima, divulga riscos financeiros relacionados ao clima para uso de empresas, bancos e investidores no fornecimento de informações às partes interessadas.

THE GLOBAL RISKS REPORT:

Relatório Global de Riscos, é um estudo anual do Fórum Econômico Mundial que descreve as mudanças que ocorrem no cenário de riscos globais de ano para ano.

WORLD ECONOMIC FORUM (WEF):

Fórum Econômico Mundial, é uma organização que envolve líderes políticos, empresariais e culturais para moldar as agendas globais, regionais e industriais.

WORLD ECONOMIC OUTLOOK:

Perspectivas da Economia Mundial, é um relatório do FMI que apresenta as análises de economistas sobre os desenvolvimentos econômicos globais a curto e médio prazo.

WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION (WMO):

Organização Meteorológica Mundial, é a agência das Nações Unidas especializada em tempo, clima e recursos hídricos.





Itaú Unibanco Holding S.A.

Responsabilidade Climática:
uma agenda em implementação